



PARECER JURÍDICO 049/2025

ASSUNTO: Recurso Administrativo referente ao Pregão Eletrônico nº 007/2025, pela empresa ZAGONEL ILUMINAÇÃO SA.

OBJETO: Aquisição de Materiais Elétricos Diversos, a serem utilizados na manutenção da iluminação pública do Município.

OBJETO: PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. EXAME DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS TÉCNICAS E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LICITAÇÃO.

I - HIPÓTESE FÁTICA

Cuida-se do Recurso Administrativo interposta pela empresa, contra a classificação da empresa JOSE ARAMANDO DAMBROS COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO LTDA, alegando que a referida empresa apresentou documento das luminárias de LED com certificado cancelado junto ao INMETRO, bem como a potência de eficiência não sendo a de exigência mínima do edital, o qual seja revista a decisão da Pregoeira, no sentido de desclassificar a empresa.

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo e a análise jurídica.

II. MÉRITO DA CONSULTA

A presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, em especial no caso concreto, o recurso interposto.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que, a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica "in abstrato", ora proposta



e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração. Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO.

Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos. Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma.

Por esse motivo, a Constituição Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administração Pública observará os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Já no que tange a inafastabilidade do procedimento licitatório, o inciso XXI do artigo retro



mentionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em vista disso, e considerando que o recurso não ataca itens discricionários do edital e sim exigências técnicas.

Nas características dos objetos, esta Administração não mencionou marca dos produtos ao qual está licitando, na realidade, é requisito utilizado em todas as licitações deste município, uma vez que é de interesse público saber o que se está adquirindo, considerando que já ocorreram as primeiras fases das instalações da iluminação de led, sendo este processo a continuidade, devendo obrigatoriamente seguir os padrões das primeiras aquisições, mantendo a padronização. Nas visões de Denise Borges Barbosa:

“A marca, ao designar um produto, mercadorias ou serviço, serve para em princípio para [sic] identificar a sua origem; mas, usada como propaganda, além de poder também identificar a origem, deve primordialmente incitar ao consumo, ou valorizar a atividade empresarial do titular.” (In Uma introdução à propriedade intelectual, 2ª edição revista e atualizada – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, Pág. 801).

Além do mais, o presente edital não está requerendo alguma marca em específico, somente a sua exposição, o qual é básico e praticamente obrigatório nos produtos comercializáveis, sendo de fácil acesso às empresas do ramo.

Por fim, de se ter em conta que o procedimento administrativo almeja a seleção da proposta mais vantajosa, tanto no sentido



qualitativo como quantitativo e, por conseguinte, possibilitar a disputa e o confronto equilibrado entre os participantes, conforme prevê o artigo 37, XXI da Constituição Federal, no entanto os referidos objetos devem possuir atestados de qualidade, como no caso em tela o certificado do INMETRO válido.

III - DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, esta Assessoria Jurídica posiciona-se pela **procedência dos** pedidos formulados pela empresa, no mais, encaminhando a Pregoeira para as devidas providências.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Salto do Jacuí, 04 de junho de 2025.

Leonir da Silva Pereira
Assessor Jurídico
Advogado
OAB/RS 99.474



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Salto do Jacuí

ATA DE JULGAMENTO DE PEDIDO DE RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE EMPRESA
- PREGÃO ELETRÔNICO 007/2025

Na tarde do dia quatro de junho de dois mil e vinte e cinco, a Pregoeira, responsável pelas licitações na modalidade Pregão, designada pela Portaria nº 060/2024, de vinte e quatro de janeiro de 2024, procedeu com a análise acerca do pedido de recurso de habilitação interposto pela empresa ZAGONEL ILUMINAÇÃO S.A., de CNPJ 44.233.812/0001-52 contra a decisão da Pregoeira em habilitar a empresa JOSÉ ARMANDO DAMBROS, de CNPJ 03.678.458/0001-92, segunda colocada na fase de disputa do Pregão Eletrônico 007/25 nos lotes 1, 2 e 3.

A empresa ZAGONEL ILUMINAÇÃO S.A. alegou, em sua peça recursal, que a empresa vencedora não cumpriu com o solicitado em Edital nos lotes 1, 2 e 3 – o qual solicitava luminárias públicas com certificado INMETRO com especificação de padronização de sistema de iluminação pública. A requerente afirma que o número do referido certificado apresentado pela empresa JOSÉ ARMANDO DAMBROS está cancelado em território nacional, solicitando a desclassificação da empresa por não cumprimento deste requisito do Edital, bem como alega que a potência em lumens das lâmpadas não atende o solicitado no instrumento convocatório.

Ocorre que, durante análise documental e consulta ao site do INMETRO, constatamos que, de fato, o número do Certificado de Conformidade de Produto apresentado pela empresa vencedora, de nº 6162765.31 (como comprovam os documentos em anexo que a própria empresa nos enviou) está CANCELADO em território nacional, ou seja, as luminárias com esta certificação não são aprovadas pelo INMETRO atualmente. A empresa apresentou em documentos das contrarrazões nova ficha técnica e novo selo do Inmetro, mas

Sendo assim, diante do exposto, opto pela PROCEDÊNCIA do pedido de recurso interposto pela empresa ZAGONEL ILUMINAÇÃO S.A., e resolvo INABILITAR a empresa JOSÉ ARMANDO DAMBROS para continuidade no presente certame.

Entretanto, encaminho a presente ata e a decisão final à autoridade superior, para que manifeste sua concordância ou não e, em caso de ratificação da presente decisão, sejam repassados os referidos lotes para o próximo colocado, e procedidos os trâmites legais necessários para averiguação dos documentos de habilitação e proposta do mesmo, sejam realizados os procedimentos de adjudicação e homologação do certame, se for o caso.

Salto do Jacuí, 04 de junho de 2025.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ

Capital Gaúcha da Energia

DIESSICA TAIS
ADIER:01973
687003
DIÉSSICA TAÍS ADIERS
Pregoeira

Assinado de forma
digital por DIESSICA TAIS
ADIER:01973687003
Dados: 2025.06.04
16:40:32 -03'00'



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ

Capital Gaúcha da Energia

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DECISÃO ACERCA DE RECURSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 557/2025
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO 007/2025**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Consubstanciado nas informações contidas na Decisão proferida pela Pregoeira, e tendo também por base o parecer da assessoria jurídica, DECIDO RATIFICAR, conforme as disposições legais, a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos, e julgar PROCEDENTE o recurso interposto pela empresa ZAGONEL ILUMINAÇÃO S.A., de CNPJ 44.233.812/0001-52, inabilitando a empresa JOSÉ ARMANDO DAMBROS, de CNPJ 03.678.458/0001-92, para continuidade no referido certame.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Salto do Jacuí/RS, 04 de junho de 2025.

RONALDO OLIMPIO
PEREIRA DE
MORAES:6476686100
0

Assinado de forma digital por
RONALDO OLIMPIO PEREIRA
DE MORAES:64766861000
Dados: 2025.06.04 16:44:24
-03'00'

RONALDO OLIMPIO PEREIRA DE MORAES

Prefeito Municipal

Contratante

INMETRO

Certificados

Produtos

Serviços

Empresas

Organismos Acreditados

BRASIL

Simplifique!

Comunica BR

Participe

Acesso à informação

Legislação

Canais

Site do Inmetro

Mapa

Quem somos

Site com o Inmetro

Produtos e Serviços com Conformidade Avaliada

0

Página 1

Certificados

Resultado da Consulta:
1 Certificado(s)
0 Produtos(s)
0 Serviços(s)
Certificador: DEKRA Nº Certificado: 6162765.31 Tipo: Produto Emissão: 15/08/2023 Validade: 15/08/2027 Status do Certificado: Cancelado Doc: Normativo

Idem Nível 1

Certificados: Produtos, Empresas, Organismos Acreditados